



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
A Teoria da Interdependência e do Desenvolvimento Associado: as posições de Cardoso e Faletto			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Gênesis de Oliveira Pereira	Universidade Federal Fluminense	UFF	Discente
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O presente trabalho busca refletir acerca da teoria da dependência, a partir dos capítulos III e IV do livro <i>Dependência e desenvolvimento na América Latina</i> de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, para realizar a crítica marxista a esta compreensão. A possibilidade de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, no contexto de dependência, para Cardoso e Faletto, situa-se na associação com capitais internacionais para industrializar o país. Portanto, a única saída para o desenvolvimento estabelece-se através da industrialização, atrelando o setor capitalista nacional moderno, o capital monopolista estrangeiro e a economia do setor público, para subordinar as outras camadas sociais a este modelo dependente e associado. A partir desta compreensão central, proponho-me a debater a metodologia que conduz esta análise. Ou seja, proponho-me a realizar uma crítica marxista à compreensão, expressa por Cardoso e Faletto, acerca da política como esfera privilegiada para a determinação econômica. Para realização desta crítica recorrerei à teoria social crítica, utilizando as categorias de totalidade, prioridade ontológica, economia e emancipação para superar a sobreposição da esfera política perante as demais esferas. Com base nessas categorias e no método presente nas obras de Marx, buscarei atribuir à política sua real posição na totalidade, contribuindo para romper com a noção de hierarquia presente em Cardoso e Faletto, analisando o desenvolvimento dependente e associado para além de sua expressão fenomênica, problematizando a essência deste fenômeno.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Teoria da Dependência; weberianismo; totalidade			

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma crítica marxista a Teoria da Dependência de Cardoso e Faletto. Para tal, apresentaremos, de forma breve, os principais elementos expostos pelos autores, para, posteriormente, nos dedicarmos a aprofundar os limites teóricos presentes na visão Weberiana da Teoria da Dependência.

Para realizar esta crítica recorreremos à ontologia para problematizar a categoria totalidade, visando romper com a concepção fragmentada da inserção latino americana no capitalismo global e, por outro lado, utilizaremos a prioridade ontológica abordada por Lukács para afirmarmos que é ontologicamente impossível hierarquização entre as esferas da totalidade - embora a para algumas esferas só existam devido a outras esferas da totalidade -, assim, não é possível que a esfera política seja central, determinante do processo econômico. Pretendemos, também, comprovar que as

possibilidades de industrialização-associada não materializam, na prática, um progresso objetivo, pois amplia a situação de dependência latina.

Em nossas considerações finais procuramos sistematizar os principais equívocos teóricos e metodológicos presentes na interpretação Weberiana de Cardoso e Falleto, posteriormente traçamos algumas linhas que consideramos serem importantes para uma investigação marxista dos determinantes da dependência latino americana. Por fim, e não menos importante, resgatamos, de forma breve, alguns elementos centrais - presentes na obra de Ruy Mauro Marini e negados por Cardoso e Falleto - da obra “Dialética da Dependência” que consideramos essenciais para compreender, de fato, a situação da dependência latino americana e, principalmente, para afirmar que nos marcos do desenvolvimento capitalista mundial, a periferia tem, necessariamente, que se manter como periferia, para que a economia central possa se desenvolver.

A INTERPRETAÇÃO WEBERIANA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

As formulações acerca da Teoria da Dependência remetem ao descrédito da teoria desenvolvimentista desenvolvida pela CEPAL, que tinha por objetivo problematizar o processo de consolidação do capitalismo na América Latina. Do descrédito das interpretações desenvolvimentistas, que datam de inícios da década de 1960, surgem as interpretações acerca da Teoria da Dependência, que buscavam novos rumos teóricos para pensar o desenvolvimento da América Latina, tendo como preocupação central pensar as possibilidades de inserção e desenvolvimento destes países periféricos e atrasados na economia capitalista mundializada - e já estruturada. Assim, para a Teoria da Dependência a teoria de subdesenvolvimento desenvolvida pela CEPAL é veementemente negada, isto é, para os teóricos desse campo o subdesenvolvimento não é uma etapa evolutiva para o desenvolvimento, mas sim uma forma específica de inserção dentro da economia mundial. É neste contexto histórico que Cardoso e Falleto desenvolvem a Teoria de Dependência latino americana, nosso objeto de estudo neste trabalho.

Para realizarmos uma crítica ontológica a compreensão expressa por Cardoso e Falleto acerca das possibilidades de desenvolvimento da América Latina em um contexto de capital globalizado, trarei ao debate os principais elementos expressos no capítulo VI de “Dependência e Desenvolvimento da América Latina”. Para Cardoso e Falleto a única forma de desenvolvimento possível para a América Latina nos marcos da sociabilidade capitalista de economia globalizada situa-se no capitalismo dependente e associado, isto é, na abertura do mercado interno para o capital estrangeiro. Em outras palavras, a industrialização na América Latina deveria ser um processo

conduzido por investimentos de capitais estrangeiros, transnacionais, associados à burguesia brasileira e ao Estado. Neste sentido, Cardoso e Faletto desconsideram toda e qualquer possibilidade de um modelo de desenvolvimento que não seja dependente e associado.

(...) as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado para fora, isto é, para capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, como são na realidade, salvo se admite a hipótese de uma mudança radical para o socialismo. (CARDOSO & FALETTO, 1981, 120)

Cardoso e Faletto para realizar esta afirmação partem do pressuposto que há uma crise na América Latina que impossibilita a construção de uma política econômica entre setor público e privado capaz de assegurar o desenvolvimento. Parece-nos que, para Cardoso e Faletto, “os fins justificam os meios”, ou seja, não está na agenda de preocupações dos autores o aumento das contradições sociais que o modelo de desenvolvimento dependente e associado ao capital estrangeiro acarretará. Afirmam que este modelo trará um “*sistema social excludente*”, porém, identificam possibilidades de desenvolvimento (não para a população, mas para grupos privados): “(...) um desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescente” (CARDOSO & FALETTO, 1981:124).

Para Cardoso e Faletto este processo de dependência da América Latina se dá na esfera política, é esta esfera que possibilita a determinação econômica, portanto, estamos diante de um problema ontológico da maior importância e, no próximo item, resgataremos a categoria de totalidade e prioridade ontológica para enfrentarmos teoricamente esta afirmação. Portanto, para Cardoso e Faletto:

Seria errôneo pensar que os novos fatores que condicionam o desenvolvimento, a política, e a dependência externa circunscreve-se ao âmbito do processo econômico, pois seria precipitado crer que a determinação econômica do processo político, a partir da formação de um avançado setor capitalista nas economias dependentes, permite a explicação imediata da vida política pelos condicionantes econômicos. (CARDOSO & FALETTO, 1981: 114)

Levando em conta essas afirmações, Cardoso e Faletto acreditam que o desenvolvimento dependente e associado traz novos elementos, uma nova forma de inserção da América Latina na economia mundial, novas formas de relação entre o centro e a periferia que não se restringem a importação e exportação, mas caracterizam-se por investimentos privados do centro em indústrias manufatureiras da periferia. Neste processo, os autores acreditam que há possibilidade de se desenvolver com autonomia, a partir do fortalecimento do mercado interno, capaz de reter os lucros do capital estrangeiro na economia nacional. Assim dizem:

(...) poder-se-ia supor que existe simultaneamente desenvolvimento e autonomia; entretanto, se é certo que a dependência que subsiste é de outra índole (ou tem um novo caráter), esse tipo de desenvolvimento continua supondo heteronomia e desenvolvimento parcial, daí ser legítimo falar de países periféricos, industrializados e dependentes. (CARDOSO & FALETTI, 1981, 127)

Assim, Cardoso e Faletto formulam uma análise que não rompe, nem questiona o processo desigual de acumulação do capital, ao contrário, propõem uma forma dependente e associada de se inserir no processo de acumulação global como forma de desenvolvimento da América Latina, acreditando ser possível, neste marco, modernizar a estrutura social e econômica nacional. No entanto, para alcançar esse desenvolvimento associado e dependente, os autores destacam a importância de integração social entre as classes essencialmente antagônicas no capitalismo. Neste sentido, o desenvolvimento se daria através da imposição dos interesses de uma classe sobre a outra, dependendo da capacidade da burguesia nacional se aliar com o capital transnacional e subordinar, politicamente, as demais classes ao modelo de desenvolvimento dependente e associado.

A esfera política ganha centralidade na obra de Cardoso e Faletto, pois é uma mediação central para a dominação de uma classe sobre a outra, ou seja, a política é tida como uma forma de dominação social, mediação fundamental para estabelecer novas bases econômicas de desenvolvimento. Em outras palavras, para os autores a política é a forma de um determinado grupo social impor um modo de produção e acumulação a todo o conjunto da sociedade. Assim, uma dominação política efetiva, capaz de desenvolver a América Latina sobre a única saída possível (dependência e associação), para os autores, situa-se na reorganização política e social dos grupos internos e em sua articulação com os grupos do centro capitalista. Esta é a chave para o desenvolvimento econômico da América Latina para Cardoso e Faletto.

Levando em conta esses elementos, Cardoso e Faletto falam sobre um capitalismo dependente, pois a integração da periferia ao centro capitalista se daria através de relações entre grupos da burguesia interna e externa com a finalidade de impor os interesses de uma classe sobre outra, fazendo, conseqüentemente, prevalecer o interesse dos grupos externos. Por outro lado, dizem associado porque não se trata apenas de um mero processo de industrialização, mas sim de uma industrialização conjugada por capitais privados nacionais, internacionais e pelo Estado, na qual a burguesia nacional deveria passar para o capital internacional os setores mais estratégicos da economia, ficando com os mais subordinados ou com pequenas parcelas das empresas transnacionais. Esta estrutura acarreta, como falado anteriormente, o “*sistema social excludente*”, caracterizado por uma concentração da renda nas mãos dos grupos que conseguirem fazer

prevalecer seus interesses perante os demais. Para os autores este processo é próprio da dinâmica de reprodução do capitalismo, ou seja, a concentração de renda não é um impedimento para o desenvolvimento, uma vez que a lógica de desenvolvimento do capital se dá pela concentração e exclusão.

Assim, podemos dizer que a análise de cunho weberiano de Cardoso e Faletto pensa a possibilidade de desenvolvimento do capitalismo na América Latina a partir das determinações globais do capital, buscando formas de se inserir e se modernizar no mercado mundial sem questionar a subalternidade latina. Apresentada de forma genérica a visão central dos autores acerca da dependência latino americana, cumpre, levando em conta estes elementos, realizar uma crítica de caráter marxista a este pensamento, recuperando categorias ontológicas para pensar o desenvolvimento da economia e da política sobre uma perspectiva contrária a fragmentação da totalidade e comprometida com a crítica radical ao desenvolvimento capitalista e, portanto, com o processo de superação da dominação de um país sobre o outro, de um homem sobre o outro. Nesta perspectiva, cabe problematizar teoricamente os limites e problemas estruturais do pensamento Weberiano, sobre a perspectiva de favorecer a consolidação de uma interpretação acerca da dependência latina afinada organicamente com o interesse das classes subalternas.

UMA CRÍTICA MARXISTA À TEORIA DA DEPENDÊNCIA WEBERIANA

Para iniciarmos uma crítica a compreensão weberiana acerca da Teoria da Dependência, expressa na obra de Cardoso e Faletto, devemos considerar que os autores não utilizam em sua análise a categoria de totalidade. Ou seja, estamos falando de um problema metodológico que perpassa toda a obra dos autores e, se expressa, por exemplo, na seguinte afirmação:

O conceito de dependência permanece básico para caracterizar a estrutura dessa nova situação de desenvolvimento e, portanto, a política continua sendo o meio pelo qual se possibilita a determinação econômica. (CARDOSO & FALETTO, 1981, 114)

Nesta afirmação temos uma visão fragmentada da totalidade, acarretando numa sobreposição e hierarquização das esferas que a compõe. A não utilização da categoria de totalidade reflete em um determinismo político da vida social, isto é, Cardoso e Faletto hierarquizam a esfera política da totalidade perante as demais, desconsiderando as sínteses de múltiplas determinações que resulta na realidade material. Para a compreensão marxista a totalidade não é a soma das partes, ao contrário, é a unidade no diverso. Para Luckás:

A verdadeira totalidade, a totalidade do materialismo dialético, ao contrário, é uma unidade concreta de forças opostas em uma luta recíproca; isto significa que, sem causalidade, nenhuma totalidade viva é possível e, ademais, que cada totalidade é relativa; quer dizer que quer em face de um nível mais alto, quer em face de um nível mais baixo, ela resulta de totalidades subordinadas e, por seu turno, é função de uma totalidade e de uma ordem superiores (...). Enfim, cada totalidade é relativa e mutável, mesmo historicamente: ela pode esgotar-se e destruir-se – seu caráter de totalidade subsiste apenas no marco de circunstâncias históricas determinadas concretas. (LUKÁCS, 2007: 59)

Ou seja, estamos falando que em nossa compreensão não podemos falar em um determinismo político sobre as demais esferas, pois a realidade é síntese de múltiplas determinações e a casualidade é ineliminável. Portanto, não há na totalidade hierarquia entre as esferas, porém, como atenta Luckás, há esferas com grau maior ou menor de complexidade que determinam e são determinadas historicamente em sua relação de “luta recíproca” com as outras esferas, sua existência também é uma condição histórica, isto é, podem deixar de existir, se complexificar ou simplificar de acordo com as determinações históricas. Assim, esta visão de um determinismo político perante as demais esferas da totalidade rompe com a relação de unidade na diversidade entre as esferas da totalidade - processos sociais, políticos, econômicos, culturais - que são, ontologicamente, “formar de ser, determinações da existência” (Luckás, 1979: 67).

Para aprofundarmos a problematização sobre a prioridade da política sobre a economia e sobre as demais esferas da totalidade, devemos resgatar a categoria prioridade ontológica, trabalhada por Lukács nos Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. Segundo Lukács:

Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. (LUKÁCS, 1979: 40)

A esfera econômica em Marx é tida como central, como prioridade ontológica¹ perante as outras esferas, isto é, Marx reconhece a prioridade ontológica da base material da vida em sociedade no processo de reprodução social. Esta compreensão em Marx resulta de sua apreensão do trabalho como categoria central, “enquanto formador de valor-de-uso, enquanto trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural eterna (...)” (MARX apud LUKÁCS, 1979: 16)

Marx, com estas considerações, chama nossa atenção para o fato de que o trabalho como categoria/atividade ontológica do ser social coloca as bases para sua reprodução, distanciando-o

¹ Segundo Engels “os homens devem primeiro de tudo, comer, beber, ter um teto e vestir-se, antes de ocupar-se de política, de ciência, de arte, de religião etc.” (ENGELS apud Lukács, 1979: 41 / Grifos do autor).

cada vez mais da natureza, do seu ser biológico (embora jamais o elimine), complexifica-o, tornando-o um ser social. É a partir do trabalho que o homem coloca em movimento todas as suas capacidades e satisfaz suas necessidades. Em outras palavras, a partir do trabalho o homem se humaniza, desenvolve-se em sua complexidade e, por isso, esta categoria tem prioridade ontológica perante as demais, de acordo com Marx “O trabalho (...) tem a função de meatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, a vida dos homens” (MARX apud LUKÁCS, 1979: 16).

Devemos ter claro, como atenta Lukács, que não estamos falando de uma hierarquia econômica, de uma visão estruturalista da totalidade, ao contrário, queremos dizer que, opondo a visão de Cardoso e Faletto, é ontologicamente impossível a política existir sem a esfera econômica, pois a esfera política existe e se complexifica a partir do desenvolvimento do trabalho. Isso não quer dizer, todavia, que estamos reduzindo a totalidade à economia, pois, como já trabalhado, a totalidade é uma unidade concreta de forças opostas. Neste sentido, queremos dizer que é um equívoco utilizar atribuir a política à determinação econômica. Em nossa compreensão precisamos apreender as determinações econômicas, sociais, culturais, políticas que determinam e são determinadas dialeticamente e, em especial no caso da dependência latino americana, devemos ter claro que a política dependente e associada responde a demandas de acumulação capitalista. Portanto, para explicar a dependência da América Latina devemos ter claro que a política, para Cardoso e Faletto, é uma esfera privilegiada para responder as demandas econômicas capitalistas.

Outro aspecto da análise de Cardoso e Faletto que precisa de uma problematização teórica para que não seja naturalizada refere-se à concepção de desenvolvimento. Ao propor um modelo de desenvolvimento para a industrialização da América Latina centrado na dependência aos capitais privados e associado à burguesia nacional, internacional e ao Estado, os autores reconhecem que este desenvolvimento irá fomentar um “*sistema social excludente*”, mas dizem que é um processo próprio do capitalismo e, portanto, não é incompatível com o desenvolvimento. Acreditamos ser necessário problematizar o que é desenvolvimento, pois, em nossa compreensão, desenvolvimento não é sinônimo de modernização. Para Lukács:

Ora, o estudo do desenvolvimento econômico da humanidade nos mostra, com toda evidência, que – paralelamente à explicitação da socialidade, ao recuo das barreiras naturais – aumenta incessantemente, por um lado, a um ritmo cada vez mais rápido, a quantidade de valores produzidos, e, por outro, de modo igualmente incessante, diminui o trabalho socialmente necessário para sua produção. (...) Não há dúvida que temos aqui o desenvolvimento objetivo e necessário no interior do ser social. (LUKÁCS, 1979: 82)

Neste sentido, em nossa compreensão, desenvolvimento é o desenvolvimento objetivo, do gênero humano, das capacidades humano-genéricas (postas em movimento pela capacidade criativa do trabalho), isto é, estamos falando da ampliação da possibilidade de acesso dos indivíduos

singulares - como portadores e recriadores do gênero – as conquistas universais do gênero humano, da diminuição de seu tempo produtivo. Ou seja, um modelo de “desenvolvimento” que acirra a exclusão não pode ser visto como um progresso, um desenvolvimento efetivo, mas sim como um processo que acirra o desenvolvimento desigual, segundo Lukács “(...) a primeira produção realmente social, a capitalista, constitui também o primeiro terreno adequado à plena explicitação do desenvolvimento desigual.” (LUKÁCS, 1979: 128). Nesta organização societária o desenvolvimento desigual é condição de desenvolvimento da riqueza de uma classe, sendo possível através da divisão social do trabalho. Em outras palavras, para Lukács, as deformidades significam que o desenvolvimento quantitativo de algumas esferas e capacidades humanas não significam o seu desenvolvimento qualitativo, logo, não podem ser consideradas como progresso, por exemplo, a sociedade capitalista, nunca antes na história da humanidade vimos em tão poucos séculos o desenvolvimento das forças produtivas que a sociedade burguesa conseguiu conduzir, porém, se pararmos nesta contestação, não conseguiremos visualizar que com o aumento das forças produtivas, aumentou, também, a pobreza, a desigualdade. Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, acirra o desenvolvimento desigual e não significa, necessariamente, avanços e conquistas no processo de humanização do homem.

Portanto, estamos querendo dizer que o a industrialização nos parâmetros dependente e associado não significa um progresso, uma vez que em sua essência está o acirramento da exclusão. Neste sentido, a centralização da renda e da riqueza para os autores é compatível com o desenvolvimento, porém, em nossa compreensão, a partir da teoria social crítica, o desenvolvimento objetivo é incompatível com o aumento da desigualdade e da centralização da renda. Portanto, não podemos falar em um desenvolvimento ou em um progresso nos marcos da dependência e associação, pois a riqueza socialmente produzida na nação fica nas mãos dos grandes monopólios transnacionais, subsumindo a economia nacional. Neste sentido, as possibilidades de fortalecimento da autonomia nacional traçados por Cardoso e Faletto são incapazes de romper com a subalternidade da América Latina no capitalismo global e imperialista. Portanto, industrialização não significa desenvolvimento objetivo do ser social.

Para alcançar este modo de acumulação Cardoso e Faletto consideram importante a conciliação entre as classes. Em nossa compreensão, no capitalismo as classes sociais são essencialmente antagônicas, segundo Marx:

No entanto, a nossa época, a época da burguesia, possui uma característica: simplificou os antagonismos de classes. A sociedade global divide-se cada vez mais em dois campos hostis, em duas grandes classes que se defrontam – a burguesia e o proletariado. (MARX, 2003: 26/27)

Estamos dizendo que a análise feita por Marx ainda continua válida, a sociedade capitalista continua dividida entre os que possuem os meios de produção e os que vendem sua força de trabalho². Portanto, conciliações entre classe pretendem escamotear a estrutura e o desenvolvimento desigual do capitalismo. A história da sociedade capitalista nos prova que as conciliações entre classe não são capazes de proporcionar a igualdade entre os indivíduos, mas sim de fomentar e ampliar, através da coesão social, a acumulação de capitais. Portanto, ontologicamente não é possível falar de conciliação entre classes. O uso deste conceito pelos autores tem por objetivo assegurar a estabilidade social, econômica e política necessária para o desenvolvimento do capital estrangeiro na América Latina, ou seja, é preciso que a burguesia nacional consiga impor seus interesses (que devem ser os mesmos da burguesia estrangeira) sobre a classe trabalhadora para que o capital estrangeiro possa, de forma associada, investir na industrialização da América Latina. Assim, esta compreensão não tem nenhum compromisso com a classe trabalhadora e reflete a prevalência dos interesses transnacionais de acumulação sobre os da nação. Neste sentido, acreditamos ser necessário politizar o debate acerca das classes sociais no capitalismo e o real significado de uma aliança entre classe para pensarmos uma Teoria da Dependência potencialmente capaz de não reproduzir a subalternidade da América Latina na economia mundial.

Devemos ter claro que as novas relações entre centro e periferia abordada por Cardoso e Faletto não rompem com a subalternização da América Latina, portanto, são novas formas de dominação do centro sobre a periferia, a essência da relação não se modifica, continua pautada na subalternidade. Segundo Marini (2005) as possibilidades de desenvolvimento da América Latina dentro do capitalismo estão atreladas, necessariamente, a subsunção a economia central:

(...) ainda que se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver jamais da mesma forma que se desenvolvem as economias capitalistas chamadas avançadas. (MARINI, 2005: 138)

Portanto, em nossa compreensão, o desenvolvimento dependente e associado é incapaz de proporcionar que a economia latina americana se desenvolva como as centrais, pois não rompe com a subalternidade latina. Ainda nesta perspectiva, a política, por outro lado, deve ser entendida como uma práxis, ou seja, como uma possibilidade concreta de transformar a realidade em sua dimensão objetiva e valorativa. Estamos dizendo que somos contra o atrelamento da política a dominação, como trabalhado por Cardoso e Faletto, acreditamos que a mediação com a política é fundamental para a totalidade do processo de dependência latino e, portanto, deve ser utilizada de forma

² Não cabe neste trabalho uma análise acerca das modificações acarretadas, por exemplo, pela construção de uma classe média.

contrária aos interesses imperialistas e transnacionais de manutenção da subalternidade latina no capital global.

Com base neste acúmulo teórico, podemos dizer que a Teoria da Dependência de Cardoso e Faletto encontram limites estruturais próprios de sua inspiração Weberiana, isto é, estamos falando que a compreensão dos autores é incapaz de romper com a subalternidade da América Latina no capitalismo global, portanto, é incapaz de responder aos interesses históricos da classe trabalhadora, uma vez que seu compromisso está firmado no favorecimento dos interesses de reprodução das relações sociais, políticas e econômicas capitalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria da Dependência é formulada em um contexto de descrédito das interpretações pautadas no subdesenvolvimento e no desenvolvimentismo que acreditavam na possibilidade de construção de um capitalismo autônomo. Neste sentido, a formulação de Cardoso e Faletto parte do pressuposto que as conjunturas históricas mundiais vinham mudando e, conseqüentemente, vinha mudando a relação centro e periferia. A superação da situação de dependência para os autores se daria no atrelamento da burguesia e do estado nacional ao capital estrangeiro, ou seja, acreditam ser possível romper com a dependência através de uma industrialização-associada, através da abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro. Em nossa compreensão o modelo de desenvolvimento dependente e associado aumentou a dependência latino americana no cenário global, não representou, do ponto de vista ontológico, um progresso objetivo, uma vez que sua premissa está centrada no aumento do sistema de exclusão. Portanto, em nossa compreensão, quanto mais a América Latina se “desenvolve”, se industrializa, no padrão dependente e associado, mais subordinada esta na economia mundial capitalista.

Acreditamos ser necessário realizar uma crítica de caráter ontológico a interpretação de Cardoso e Faletto, para que possamos problematizar teoricamente o que é o desenvolvimento objetivo e desmistificarmos a ideia de que desenvolvimento é sinônimo de industrialização. É de suma importância para refletir sobre o processo de dependência latino utilizar a categoria totalidade, para que possamos romper com a visão fragmentada da realidade social e apreender o fenômeno da dependência em sua singularidade, particularidade e universalidade.

A partir da crítica ontológica acreditamos que uma compreensão marxista acerca da Teoria da Dependência deve compreender este processo a partir da formação social e econômica da América Latina atrelada a sua inserção subalterna na economia capitalista mundializada. Devemos aprofundar o processo de transnacionalização do capital, que vem acirrando a dependência latina, ou seja, estamos falando que devemos investir em pesquisar o domínio estrangeiro dos mercados

nacionais latinos, tendo em vista mensurar os impactos deste processo, tais como: a) a perda de controle, por parte das nações latinas, dos mercados nacionais acarretada pela dependência de recursos estrangeiros para a industrialização do país; b) as transferências de lucros produzidos nos países periféricos para os centrais, que acarreta a centralização da renda no exterior e aumenta a pauperização relativa da população latina. Neste contexto, acreditamos, apoiados em Marini, que o processo de desenvolvimento da América Latina é caracterizado por um movimento desigual e combinado, ou seja, para os países centrais continuarem se desenvolvendo é necessário que algumas partes do mundo permaneçam subdesenvolvidas.

Neste cenário, de uma economia capitalista constituída e desenvolvida - nos países centrais - , concordamos com Marini, a opção apresentada pelo capital para América Latina se inserir nesse sistema estruturado e gerar excedentes para os países centrais situa-se na superexploração da força de trabalho, já que os países latinos não dispõem de possibilidades concretas de desenvolvimento de tecnologia que os permitam produzir de forma competitiva com os países centrais. Portanto, em nossa compreensão, no marco do capital mundial, dividido em economias centrais e periféricas, romper com a dependência latina é uma tarefa impossível de se realizar dentro da estrutura capitalista dependente e associada, pois aos países centrais interessa manter a periferia como periferia.

Neste sentido, a compreensão Weberiana de Cardoso e Faletto é incapaz de romper com a situação de dependência latina e tende a acirrará-la, neste sentido, devemos investir numa crítica marxista contundente a estes autores, tendo por objetivo atribuir um trato teórico aos equívocos e compreensões que tem por objetivo naturalizar e ampliar a dominação do capital estrangeiro sobre os interesses da América Latina.

BIBLIOGRAFIA

MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da dependência”. São Paulo, 1º edição: Expressão Popular, 2005.

CARDOSO, F.H. & FALLETO E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. 6º edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

LUKÁCS, György. A Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Biblioteca de Ciências Sociais, USP, 1979.

LUKÁCS, György. O jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

MARX, KARL & Engels, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

KONDER, Leandro. *O que é Dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1981.